

Ernest Mandel: imprescindível

Ernest Mandel: essencial

Elaine Rossetti Behring*

Resumo – O presente artigo realiza uma homenagem ao intelectual marxista belga Ernest Mandel, com destaque para sua análise da onda longa com tonalidade depressiva do capitalismo a partir dos anos 1970. Procura demonstrar a atualidade de seu pensamento para desvendar os processos sociais em curso na economia política contemporânea em crise.

Palavras-chave: Ernest Mandel; tradição marxista; capitalismo tardio; economia política.

Abstract – This article presents a tribute to the Belgian Marxist intellectual Ernest Mandel, especially his analysis of long wave with depressive tone from the 1970s onwards. It seeks to show the relevance of his thought to unravel the social processes taking place in contemporary political economy in crisis.

Keywords: Ernest Mandel; Marxist tradition; late capitalism; political economy.

Introdução

Em 2015 completam-se vinte anos da ausência física de uma das grandes referências da tradição marxista do século XX, o belga Ernest Mandel (1923-1995). O presente artigo presta uma homenagem a este crítico da economia política, militante e intelectual tão importante, ao mesmo tempo em que ressalta alguns aspectos da sua obra, tendo em vista, especialmente, as pessoas que não tiveram um contato maior com seu trabalho.

Mandel, com suas descobertas originais e provocações, é imprescindível para enfrentar os desafios deste início de século XXI. Estes são tempos em que o capitalismo mostra com contundência o esgotamento de suas potencialidades civilizatórias, preconizado por Mandel (1982) em seu

* Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Orçamento Público e Seguridade Social (GOPSS).
Correspondência: Rua São Francisco Xavier, 524/sl. 8033 – bloco E, 8º andar. CEP: 20550-900. E-mail: <elan.rosbeh@uol.com.br>

Magnum opus, no Brasil publicado com o título *O capitalismo tardio*¹, e se mantém destruindo como nunca, num ambiente de profunda crise estrutural.

Os últimos quarenta anos confirmaram as análises originais e antecipadoras de Mandel, configurando-se como um período de tônica regressiva, de grande ofensiva sobre os trabalhadores na busca por superlucros e de ataques conservadores e reacionários à toda crítica do mundo do capital, crítica à qual Mandel se dedicou durante toda a vida. A crise material e de legitimidade dessa forma de produção e reprodução da vida social, paradoxalmente, amplifica o potencial teórico e metodológico do arsenal crítico do marxismo revolucionário, apesar de opiniões em contrário.

A expansão da “universidade operacional” traz consigo a recusa da perspectiva heurística da totalidade, o trabalho acadêmico estandarizado, empobrecido e marcado pelo “produtivismo”, as tentativas mais ou menos bem-sucedidas de isolamento da crítica radical do mundo do capital, a influência do pós-modernismo e a hipervalorização das micro-narrativas (CHAUÍ, 1998). Desta forma, esta expansão também requisita o resgate das ideias de intelectuais, da estatura de Ernest Mandel, como momento necessário para a difusão do pensamento crítico e para o reconhecimento das pessoas imprescindíveis. Aqui, aludimos ao muito conhecido poema de Brecht, sobre os homens que lutam toda a vida². Mas, em se tratando de Mandel, sua persistência militante e seu legado de um pensamento denso, crítico e de combate à exploração dos trabalhadores e à desigualdade social, alimentaram a luta da sua geração e a das gerações subsequentes de socialistas, numa obra que ultrapassa a si mesma e a seu tempo.

Mandel pode ser considerado como um clássico do século XX. Portanto, o objetivo deste artigo é o convite ao conhecimento de sua contribuição e ao diálogo crítico com seu legado, sem o qual muitos aspectos do mundo em que vivemos não teriam explicação.

Meu contato pessoal com a obra de Mandel não se deu pela via do marxismo acadêmico, na qual, aliás, nosso autor não se destacou. Deu-se pelo caminho da luta social, nos tempos dos primeiros passos militantes na organização de esquerda, a Democracia Socialista (ORM-DS)³, no início

¹ No original em alemão, de 1972, *Der Spätkapitalismus*; em francês, *Le troisième âge du capitalisme*; já no inglês, que data de 1975, houve uma revisão e o livro intitulou-se *Late capitalism* (ACHCAR, 1999: 15). Penso que a melhor tradução para o português seria *O capitalismo na maturidade* ou *O capitalismo maduro*, já que a tradução brasileira pode levar à confusão com livro de João Manuel Cardoso de Mello, de mesmo título.

² “Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons, mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis.” (BRECHT, 2012).

³ Fundada em 1979, a partir da fusão de organizações de esquerda que atuaram na clandestinidade durante a ditadura militar brasileira, participou da fundação e organização do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e esteve vinculada até o início dos anos 2000 ao SU, quando os desdobramentos transformistas da trajetória do PT atingiram profundamente a organização. Afastou-se da corrente internacional ligada a Mandel, e sofreu migrações de militantes e intelectuais, que foram para outros partidos e organizações de esquerda. Informações atualizadas sobre a DS podem ser encontradas em: <<http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/>>.

dos anos 1980. Livros como *O Lugar do marxismo na história* e *Introdução ao marxismo* eram de leitura obrigatória nas células daquela organização, que reivindicava o legado de Marx, Lenin, Trotsky e Mandel. A ORM-DS vinculava-se ao Secretariado Unificado da IV Internacional, organização que se colocava na perspectiva de construir uma nova internacional comunista, e que tinha entre suas principais lideranças nosso autor em foco.

O ambiente da pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, a partir de 1988, veio a adensar e sofisticar este contato, no diálogo com professores como Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto e Marilda Iamamoto. Por meio deles, tive o privilégio de poder acessar ao melhor do pensamento socialista no mundo e no Brasil: a crítica da vulgata marxista dos manuais e do stalinismo; a perspectiva metodológica em Marx; a radicalidade da crítica da economia política do capital, com seu metabolismo incessante, e que hoje se expressa nas formas mais bárbaras e fetichistas, reforçadas pela assertiva de Rosa Luxemburgo (ano), *Socialismo ou barbárie*, autora que influencia decisivamente a obra mandeliana. Além disto, também a necessidade da superação revolucionária do capitalismo, não como algo inatingível, mas como um trabalho incessante, complexo e cotidiano, que faz história e potencializa os vetores profundamente humanistas da sua “hemorragia de sentidos”, como nos diz Daniel Bensaid (1999). É nesse campo que se insere Ernest Mandel.

Pelos vínculos políticos iniciais, tive, ainda como estudante, a oportunidade de encontrar Mandel nas suas vindas ao Brasil, por pelo menos duas vezes. Estava diante de um homem grande, de semblante sério, mas com um olhar alegre e muito vivo, e que tinha uma ideia fixa naqueles meados dos anos 1980: a experiência do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Nós, os brasileiros, queríamos formação teórico-política, conhecer suas análises da conjuntura internacional, dos movimentos do capital, da situação da esquerda. Já Mandel queria avidamente informação sobre o Brasil. Perguntava, perguntava e perguntava sobre a experiência do PT, suas possibilidades revolucionárias, seus limites.

Mandel, um militante incansável, de origem judaica, que lutou na resistência ao nazismo e fugiu duas vezes dos campos do holocausto do Terceiro Reich. Tão jovem – com 18 anos, era já incorporado à direção do movimento socialista mundial. Viveu os embates dos tempos de profundo isolamento da esquerda revolucionária, engendrado pelos anos de ouro do capitalismo, em especial na Europa, e pelo advento do stalinismo, com um movimento operário e popular polarizado entre a social-democracia e a burocracia dos PCs durante um longo tempo. Aquele que viveu e analisou os movimentos de 1968 como expressão de tendências profundas do capitalismo contemporâneo e como um momento de renovação e respiração da esquerda, apesar de seus limites; ele estava ali conosco, empolgado com a novidade brasileira. E nós também estávamos embalados pela perspectiva de construir um projeto socialista afastado da social-democracia

e do socialismo burocrático, vendo o PT como a via de construção do partido revolucionário no Brasil, apesar de cientes dos seus dilemas internos⁴.

Introduzo, aqui, uma lembrança muito pessoal da “tietagem” apaixonada de uma jovem estudante diante de um ícone, orgulhosa em poder levar Mandel para o lugar onde se hospedaria no Rio de Janeiro. Mas o que se quer colocar em evidência é uma forte característica de Mandel: a sensibilidade para o movimento de massas, a atenção para a luta de classes e para a perspectiva da revolução, na qual se mostrassem sinais de novas possibilidades histórico-sociais. Sempre com um otimismo visceral, claramente de inspiração trotskista, sobre a vida futura e, naquele momento, sobre o Brasil.

Sabemos hoje que os dilemas internos se agudizaram com a consolidação do PT. Os desdobramentos mais recentes desta experiência brasileira mostram tanto a capacidade de o capital impor seu avassalador metabolismo, levando de roldão muitas das melhores intenções, quanto as escolhas políticas da maioria dos sujeitos que hegemonizou o partido. Assim, abrindo mão de um projeto de transição e de ruptura com o capital, obrigaram-nos a uma espécie de reconstrução permanente dos nossos instrumentos de luta. Contudo, foi com indivíduos como Ernest Mandel que aprendemos sobre a tenacidade, sobre a resistência, sobre a esperança e sobre o humanismo revolucionário profundo que dá sentido à vida (LÖWY, 1999).

Em 1989, afastei-me da DS por razões pessoais; em 1994, comecei também a me afastar do PT, desta vez, por razões políticas. Dentre essas razões, destaca-se o giro na política de alianças eleitorais, naquele momento de novas eleições presidenciais após a grande derrota de 1989, e o advento do neoliberalismo. Mas a formação teórica e política⁵ que adquiri nessa experiência marcou-me para toda a vida.

Além da oportunidade de conhecer Ernest Mandel – bem como outros intelectuais da mesma tradição teórico-política, como Michael Löwy, Daniel Bensaid, Eric Toussaint, Francisco Louçã, Livio Maitan, Michel Husson, Pedro Montes, e, ainda, alguns brasileiros, a exemplo de João Machado e João Antônio de Paula –, seus textos de formação me acompanharam nos mergulhos intelectuais e políticos subsequentes. Assim, encontrei e continuo encontrando, no trabalho e na referência mandeliana, pontos de apoio fundamentais para a crítica ao mundo e ao Brasil.

⁴ Ver os seguintes documentos da antiga ORM-DS: A Construção do PT como Partido Revolucionário, Cadernos Democracia Socialista (1988) e a brochura O Que É a Democracia Socialista: as posições políticas da Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista (s/d).

⁵ Quando as organizações de esquerda se preocupavam efetivamente com isso, o que me parece frágil na esquerda brasileira hoje. Há exceções, a exemplo das escolas de formação do MST, com destaque para a Escola Nacional Florestan Fernandes.

1. Alguns destaques do legado de Ernest Mandel

O primeiro destaque a fazer sobre a obra mandeliana é sua abordagem e incorporação do método em Marx. Pode-se afirmar que o método da economia política orienta o trabalho teórico-político de Mandel numa perspectiva ortodoxa. Segundo Lukács (1989, p. 15):

O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma 'fé' numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente ao *método*. (grifo no original).

No conjunto da obra mandeliana essa perspectiva do método comparece de forma clara: a reconstrução do concreto como a síntese de múltiplas determinações. Por exemplo, quando ele se propõe à reconstrução, como concreto pensado, da lógica contemporânea do capital, da totalidade concreta. Identificando, com isso, as formas de valorização do capital do pós-guerra e suas tendências de crise a partir do final dos anos 1960 e incorporando de maneira riquíssima dimensões político-culturais do capitalismo maduro.

Como um elemento interno ao método, está presente na obra mandeliana a contradição, a dimensão faustiana da negação, ou seja, a luta de classes tencionando o processo de valorização do capital. Nesse sentido, é interessante a observação de Michel Husson (1999) sobre as descobertas de Mandel, que empreendem uma articulação entre teoria e história encontrada apenas nos melhores textos da tradição marxista. Para ele, com a formulação acerca das ondas longas ou ciclos longos do capital, Mandel (1982) não descortina uma espécie de "respiração natural" do capitalismo, como se houvesse um calendário de ascensão e crise do capital. O que determina os pontos de viragem de expansão e estagnação é a condição geral da luta de classes, influenciando a operação da lei do valor, como relação determinante da vida social no capitalismo. Retomaremos esse argumento adiante; contudo, esse eixo é decisivo para evitar leituras mecanicistas ou economicistas do desenvolvimento do capitalismo e das possibilidades históricas de sua superação, que podem levar a posições catastrofistas e voluntaristas. Isto porque, em Mandel, temos uma fértil articulação entre economia e política: a ideia da totalidade como a síntese de muitas determinações é levada às últimas consequências⁶.

⁶ Nossos trabalhos sobre a política social, como uma mediação importante nessa relação entre economia e política, entre valor e luta de classes, são fortemente inspirados nesse eixo. Esse ponto de apoio na obra mandeliana foi decisivo para chegar a uma visão de política social que foge ao estruturalismo, economicismo, politicismo e redistributivismo. Estas, dentre outras leituras unilaterais ou monocausais, marcam muitas abordagens sobre a questão. Ver: Behring (1998; 2003; 2008a; 2008b; 2010; 2012) e Behring e Boschetti (2006).

Fundada em dois estudos sistemáticos centrais – *Tratado de economia marxista* (de 1975, mas com primeira edição francesa lançada em 1969) e o estudo sobre *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx* (1968) –, essa compreensão do método do materialismo histórico e dialético leva Mandel a caminhos consistentes para a análise do capitalismo contemporâneo. Estes caminhos são rigorosamente pautados na lei do valor: a busca do capital pelos superlucros, a partir do diferencial de produtividade do trabalho, implicando o valor como movimento determinante e a subsunção do trabalho como seu elemento constitutivo. Portanto, o trabalho como estruturador da vida social. Ainda, o aumento permanente da composição orgânica do capital, ou seja, a revolução tecnológica como estratégia de extração de superlucros e de reação burguesa à queda tendencial da taxa de lucros e de crise; a fuga do capital das situações de equilíbrio e de nivelamento da taxa de lucros, donde decorre a impossibilidade da “produção sem perturbações”. Seu impacto sobre a hierarquia na economia-mundo, a partir da ideia do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, engendra relações assimétricas de subordinação, imperialismo e belicismo.

Acrescenta-se a esses tópicos acerca da lei do valor a teoria da revolução permanente, que Mandel incorpora das conhecidas formulações de Leon Trotsky, articulada ao desenvolvimento desigual e combinado do mundo do capital. Este permite ver com mais clareza os limites da burguesia para a realização ampliada de seu projeto de modernidade. Auxilia-nos, na compreensão das vias não clássicas de constituição das formações sociais capitalistas e das estratégias socialistas nesses contextos.

São esses os pontos de sustentação que permitiram a Mandel uma análise arguta da dinâmica do capitalismo do pós-guerra, capitalismo maduro, que desencadeia um conjunto de estratégias anticíclicas – o sócio-metabolismo do capital, segundo Mézaros (2002) – para sustentar sua manutenção e hegemonia, engendrando uma onda longa expansiva. Esta onda expansiva do pós-guerra viabilizou-se, dentre outros elementos, por sobre uma acumulação anterior com base na ascensão do fascismo e na guerra, implicando uma forte derrota para o movimento operário. Posteriormente, na capitulação de segmentos – em especial do setor monopolista – do movimento operário frente ao pacto fordista keynesiano, bem como no redimensionamento do papel do Estado após a grande crise de 1929/1932 e da II Grande Guerra.

Contudo, essa expansão esgota-se em sua própria dinâmica interna e na das condições gerais da luta de classes, a partir do final dos anos 1960. Nesse sentido é que os acontecimentos de 1968 têm relação visceral com esse esgotamento e suas consequências sobre os trabalhadores: as tendências de desemprego e de falta de perspectivas para a juventude, para além da revolução dos costumes, tão unilateralmente enfatizada no filme de Bernardo Bertolucci, *Os Sonhadores* (2002).

Essa interpretação nos permite reconhecer o Estado de Bem-Estar Social como uma situação excepcional, inserida num determinado contexto geopolítico, mas que é colocado em xeque na viragem para uma onda longa de estagnação, que ganha contornos mais nítidos a partir da crise do petróleo em 1973/1974.

Para Mandel (1982), no capitalismo maduro o desenvolvimento das forças produtivas entra em forte contradição com as relações de produção. A expressão máxima disso é a diminuição do tempo de rotação do capital fixo com a revolução tecnológica permanente, donde decorre a necessidade da aceleração de todo o ciclo de rotação do capital (produção, circulação e consumo), aumentando os riscos e incertezas dos investimentos. Neste momento, as teses de Mandel têm afinidade com o trabalho de David Harvey (1993) quando este tematiza a compressão espaço-tempo como uma marca da acumulação flexível. Discute, assim, o capitalismo nos desdobramentos da crise pós-1970, no contexto da onda longa com tonalidade depressiva e da “luta heroica” do capital para conter suas tendências de crise e perenizar-se.

Outro ponto de apoio na obra mandeliana é a ideia de que esse contexto do capitalismo maduro requisita um Estado “ com direção/hegemonia de classe “ que assegure as condições gerais de produção. Isto tem fortes implicações para a destinação do fundo público, como um pressuposto geral do capital.

Mandel (1982) caracteriza o Estado como um capitalista total ideal. Para ele, as funções coercitivas foram suficientemente estudadas pelo marxismo clássico e as de consenso/legitimação por Antônio Gramsci. Porém, ele quer enfatizar essa refuncionalização do Estado para a garantia das condições gerais de produção e reprodução do capital no pós-guerra. Esta volta a acontecer hoje no contexto da reação burguesa à crise de 2008/2009 e da financeirização, na qual o fundo público novamente se desloca para as novas requisições do neoliberalismo, visando configurar novos mecanismos de controle da crise e de suporte à valorização do capital em tempos de financeirização (Chesnais, 1996 e Behring, 2012).

Por fim, outra tese, em Mandel (1990), que merece ser apontada é a sua análise de que o capital não teria condições de promover uma retomada expansiva, ampla e profunda das taxas de crescimento, considerando as imensas contradições em curso na sua fase madura, expressas no desemprego e nas dificuldades de escoamento da produção; no endividamento e na excessiva liquidez de capital, base da financeirização; nos limites da capacidade do Estado de desencadear estratégias anticíclicas sem esbarrar nas taxas de lucros do capital; no acirramento das contradições e da luta de classes daí decorrente, bem como da barbarização da vida social.

Esta é uma tese assumida pela maior parte das análises marxistas mais densas de hoje. Vale dizer que ela não leva ao raciocínio da derrocada iminente do capital, do colapso, já que esses dependem das forças subjetivas

que se encontraram fragilizadas após uma sequência de derrotas históricas. Estas forças começaram a dar sinais de retomada a partir do encontro de Chiapas no ano de 1996, organizado pelos zapatistas, e que se configurou como um embrião da luta contra o neoliberalismo e pela humanidade. Este foi seguido dos encontros do Fórum Social Mundial, no Brasil e depois em outros países. E mais recentemente tivemos a denúncia da desigualdade e da finança em Seattle e Gênova, o movimento dos Indignados, o *Occupy*, as reações à austeridade no sul da Europa e os movimentos sociais na América do Sul (por exemplo, Brasil e Chile, a partir de 2013), o que ainda não se consolidou ainda como um movimento anticapitalista vigoroso. A eleição de governos de centro-esquerda na América Latina, com seus diversos matizes pode se situar no contexto de reação ao neoliberalismo, ainda que muitas expectativas tenham sido frustradas, especialmente no Brasil.

A incapacidade de o capital retomar o crescimento e a sua extração de superlucros por meio da barbárie apontam um quadro no qual, do ponto de vista dos socialistas, só há uma saída: fazer a grande política e lutar. Ou seja, fazer a luta defensiva em torno das condições de vida e dos direitos, o que por vezes é minimizado por segmentos da esquerda – Mandel enfatizou isso na sua segunda vinda ao Brasil, no início dos anos 1990. Fazer isto disputando parcela do valor socialmente criado na forma dos direitos viabilizados por políticas públicas, o que implica na disputa feroz do fundo público. Além disso, fazer a luta radical, da denúncia dessa forma de organização da vida, dos seus valores e práticas anti-humanistas, violentas, intolerantes, destrutivas da sociabilidade, da ecologia, da construção do indivíduo (o que é diferente de individualismo) e da democracia. Esta é entendida, aqui, numa perspectiva que ultrapassa o Estado democrático burguês, representativo, embora este esteja também vivendo um profundo mal-estar.

2. Sobre os fundamentos da onda longa com tonalidade depressiva em que nos encontramos⁷

Neste momento, proponho revisitar com maior profundidade a contribuição de Mandel para a compreensão do esgotamento da onda longa expansiva, o que considero seu mais importante legado para a teoria social.

As pressões para uma refuncionalização do Estado capitalista nos anos 1980 e 1990 estão articuladas a uma reação burguesa à crise do capital, que se iniciou nos anos 1970 e foi vislumbrada por Mandel (1982). Esta reação profunda ou mantém algumas características enunciadas no con-

⁷ Este é um item de minha Tese de Doutorado, intitulada *Brasil em Contra-reforma*, defendida em 2002, e que não foi publicado no livro lançado em 2003, *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. Trata-se de um texto inédito, revisado, tendo em vista a publicação na forma de artigo.

ceito de capitalismo tardio (maduro), em particular na chamada onda longa de estagnação – que se desenvolve desde o final dos anos 1960 até os dias de hoje, segundo as melhores análises críticas dos processos contemporâneos a que tive acesso. No entanto, acrescenta também elementos novos.

Há uma constatação generalizada no campo da tradição marxista contemporânea de que o capital desencadeou uma reação implacável à queda das taxas de lucro ao longo dos anos 1980 e 1990. Assim, retomando níveis de rentabilidade por parte das empresas transnacionais e do capital financeiro, em especial, mas mantendo taxas de crescimento medíocres em todos os cantos do planeta. Isto faz com que seja permitido afirmar que não houve retomada de uma nova onda expansiva, apesar das autocomemorações neoliberais. A clássica saída belicista da crise, configurada após os atentados a Nova Iorque de 11 de setembro de 2001 e as guerras do Iraque e do Afeganistão, dentre outras guerras localizadas, corrobora a tese da longa estagnação.

Evidentemente, se a formulação mandeliana é imprescindível, faz-se necessário agregar outras reflexões, no sentido de adensar o entendimento sobre alguns processos que se tornaram mais claros e visíveis nos últimos anos. O esforço teórico “ e político, sempre “ de Mandel (1982), em *Capitalismo tardio*, foi o de apreender como as variáveis, que compõem a lei do valor e que se comportam de forma parcialmente independente entre si, manifestaram-se ao longo da história do capitalismo, em especial em sua fase tardia ou *madura*, aberta após 1945. Esta última é uma tradução mais adequada para o conceito que ele quer desenvolver. Por que maduro? É uma referência ao desenvolvimento pleno das possibilidades do capital, considerando-se esgotado seu papel civilizatório. Assim, a ideia de maduro remete ao aprofundamento e à visibilidade de suas contradições fundamentais, e que engendram as tendências de barbarização da vida social (ME-NEGAT, 2001).

Mandel estava preocupado com os ciclos de expansão e estagnação do capital de uma maneira geral⁸. Contudo, o centro de sua pesquisa é a expansão nos *Anos de Ouro* pós-1945 e os sinais de seu *esgotamento*, em fins dos anos 1960, anunciando um longo período de estagnação. Ele parte do princípio dialético fundamental da crítica marxista da economia política de que não se configuram tendências de equilíbrio no capitalismo, como se enunciou no item anterior. A perseguição dos *superlucros* é sempre a busca pelo *diferencial de produtividade do trabalho* e, como consequência, a fuga a qualquer nivelamento da taxa de lucros. Assim, é inerente ao mundo do capital seu desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, um vínculo estrutural entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

⁸ Uma breve síntese do debate sobre as ondas longas, citando outros autores com esse mesmo campo de preocupações, para além de Mandel e Kondratieff, pode ser encontrada no capítulo *A crise da onda longa*, em Kucinski e Bradford (1987).

Mandel (1982) situa as várias formas de extração dos superlucros, fundadas no comportamento dos elementos que compõem a lei do valor. A variada combinação das possibilidades de extração de superlucros – cabe dizer que, em Mandel, não há qualquer naturalização desses processos embebidos de subjetividade e historicidade – é a base para os movimentos de aceleração e desaceleração sucessivos no capitalismo: as *ondas longas*.

Como enunciamos há algumas linhas atrás, Husson (1999), com muita propriedade, diz que o raciocínio dos ciclos longos não é a descoberta de uma espécie de “respiração” do capitalismo, movida por automatismos, calendários ou processos naturais. Nesse sentido, faz uma citação de Mandel que merece ser reproduzida aqui:

A emergência de uma nova onda longa expansiva não pode ser considerada como o resultado endógeno (ou, por outras palavras, mais ou menos espontâneo, mecânico, autônomo) da onda longa recessiva precedente, qualquer que seja a sua duração ou gravidade. Não são as leis de desenvolvimento do capitalismo, mas os efeitos da luta de classes de todo um período histórico que decidem do ponto de viragem. O que supomos aqui é a existência de uma dialéctica entre os factores objectivos e subjectivos do desenvolvimento histórico, em que os factores subjectivos são caracterizados por uma autonomia relativa, ou seja: não são directamente e unilateralmente predeterminados por aquilo que aconteceu antes do ponto de vista das tendências de fundo na acumulação de capital e as mutações tecnológicas, ou pelo impacto dessas evoluções sobre a própria organização do trabalho. (MANDEL apud HUSSON, 1999, p. 43).

Nos ciclos de reprodução ampliada do capital pode-se perceber um incremento tecnológico. Ele engendra, em primeiro lugar, pela via da convergência tecnológica, uma possibilidade de nivelamento; na sequência, de queda da taxa de lucros, em função da diminuição do diferencial de produtividade do trabalho. Essa tendência vai encontrar contraposição nas renovadas estratégias de extração de superlucros. Dentre elas, o aumento permanente da composição orgânica do capital, por meio de inovações tecnológicas. Vale reiterar que não se trata de um determinismo tecnológico, mas do incremento tecnológico movido pela concorrência e cujos ritmos também encontram limites no contexto da operação da lei do valor e da luta de classes⁹.

Períodos de ascensão do capital foram desencadeados, em geral, com algumas pré-condições: queda da composição orgânica média do capital por sua penetração em países com composição baixa; aumento da taxa de mais-valia, decorrente de derrotas políticas dos trabalhadores e/ou do aumento da intensidade do trabalho (mais-valia relativa); queda súbita dos componentes do capital constante ou diminuição repentina do tempo

⁹ Para uma bela crítica do determinismo tecnológico, conferir Wood (2003).

de rotação do capital circulante. A interação combinada destes elementos pode gerar as condições para uma inovação técnica radical, a partir de um aumento prévio da taxa de lucros.

Para Mandel (1982), a *situação excepcional* envolvendo a economia de guerra e a ascensão do fascismo estiveram na base do processo de acumulação que antecedeu e possibilitou os *Anos de Ouro*, caracterizados por ele como *terceira onda com tonalidade expansionista* da história do capitalismo. A esta acumulação prévia que propiciou as pré-condições referidas, somam-se outras *condições políticas* especiais que viabilizaram a experiência do *Welfare State*: o contexto da Guerra Fria e a necessidade de fazer um contraponto civilizado ao ainda recente Estado socialista (com todos os seus problemas e limites, hoje largamente reconhecidos), que fundou o Plano Marshall, de reconstrução da Europa. Tratou-se da dificuldade de conviver com uma crise da proporção das de 1929/1932, sem grandes perdas de legitimidade e, portanto, o desencadeamento de estratégias anticíclicas keynesianas; a possibilidade de uma integração maior dos trabalhadores no circuito do consumo, a partir de uma repartição dos ganhos de produtividade advindos do fordismo; a capitulação de segmentos do movimento operário, motivada por essas condições objetivas – as possibilidades de acesso ao consumo e as conquistas no campo da seguridade social. Estas davam a impressão de que o capitalismo, a partir daí, ao menos nos países de capitalismo central, havia encontrado a fórmula mágica, tão ao gosto da socialdemocracia, para combinar acumulação e equidade. Tudo isto, ao lado de uma desconfiança política em relação ao projeto em curso a leste da Europa.

Detendo-se neste período, observa-se que uma de suas características principais foi a busca contínua de rendas tecnológicas derivadas da monopolização do progresso técnico, direcionada à diminuição dos custos salariais diretos, e cuja expressão maior é a automação. Chama atenção que Mandel (1982 e 1990) já identificava, então, alguns elementos em desenvolvimento e que aparecem hoje de forma mais clara e intensa. Estes são essenciais para desvendar os anos 1980 e 1990 do século XX, no que se refere à extração da mais-valia e ao mundo do trabalho: o forte deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto; a perda ainda maior da importância do trabalho individual, a partir de um amplo processo de integração da capacidade social de trabalho; a mudança da proporção de funções desempenhadas pela força de trabalho no processo de valorização, de criar e preservar valor; as mudanças nas proporções entre criação de mais-valia na própria empresa e aquela gerada em outras empresas; o aumento no investimento em equipamentos; a diminuição do período de rotação do capital; a aceleração da inovação tecnológica com fortes investimentos em pesquisa; e, por fim, uma vida útil mais curta do capital fixo e a conseqüente tendência ao planejamento (controle dos riscos).

Para Mandel (1982, p. 138-139), a automação é a “quintessência objetivada das antinomias inerentes ao modo de produção capitalista”, já que intensifica no conjunto suas contradições. São elas: entre a socialização crescente do trabalho agregada à redução do emprego e a apropriação privada; entre a produção de valores de uso e a realização de valores de troca; entre o processo de trabalho e o de valorização.

Nesse sentido é que se coloca a questão da maturidade do mundo do capital, com um forte desenvolvimento das forças produtivas, em contradição cada vez mais intensa com as relações de produção. Nessas contradições residem os limites históricos para a onda longa de expansão e a entrada em um período de estagnação, a partir do início dos anos 1970.

A potencialização das contradições fundamentais do capitalismo, a partir do momento da expansão, expressa-se por alguns processos identificados por Mandel (1982) e que estarão na base do referido ciclo depressivo. Apresento-os a seguir, de forma sintética e esquemática, tendo em vista os limites de um artigo:

1- A busca de superlucros por meio da competição tecnológica permanente gera uma redução do tempo de rotação do capital fixo. Com isso, diminui o tempo de rotação do capital circulante; há uma intensificação da produtividade do trabalho e uma compressão do tempo de reprodução da força de trabalho, diga-se, do consumo. Ou seja, há um encurtamento do tempo do conjunto do ciclo de rotação do capital que reforça as contradições que estão na origem das tendências de *superprodução* e *superacumulação*;

2- Aumentam os riscos e incertezas dos investimentos que passam a exigir montantes enormes de capital. No período de expansão, o Estado comparece como um sustentáculo de políticas de contraposição a esta tendência, assegurando condições de rentabilidade, especialmente a partir dos processos de planificação indicativa e programação social, socializando os riscos de investimentos empresariais e controlando/negociando os custos salariais (keynesianismo/fordismo);

3- O incremento tecnológico requer um acréscimo de mão de obra intelectual altamente qualificada. Disto, decorre a ampliação do ensino de terceiro grau na universidade tecnocrática pública e privada, a partir dos anos 1950 e 1960. Esta instrumentalização direta da universidade esteve no âmago dos protestos e reivindicações estudantis nas mobilizações de 1968, especialmente na França, e já expressavam a falta de perspectivas de manutenção do pleno emprego e dificuldades de inserção para a juventude (MANDEL, 1979);

4- Grande parte do incremento tecnológico teve e tem origem militar. No contexto da chamada Guerra Fria, justificava-se o inchamento

dos orçamentos dos itens bélicos, como um verdadeiro subsídio estatal do lucro¹⁰, característica amplamente identificada pelo conjunto dos autores no âmbito da tradição marxista (BEHRING, 1998);

5- Há uma predominância da empresa transnacional como forma do grande capital, com as seguintes características no período de crescimento, segundo Mandel (1982): compulsão à integração vertical; auto-financiamento e supercapitalização; especialização crescente dos produtos; tendência à exportação de capitais, em vez de mercadorias; especialização e racionalização do controle do capital;

6- Ocorre uma tendência à *industrialização generalizada universal*, penetrando todos os setores da vida social. A industrialização na esfera da reprodução é o ápice desse movimento, que representa o processo de *supercapitalização*. As dificuldades crescentes de valorização do capital alavancam a penetração deste em investimentos que não produzem necessariamente mais-valia de forma direta, mas fazem aumentar a massa de mais-valia em algumas circunstâncias. A supercapitalização, processo no qual uma forte liquidez de capital se faz acompanhar da sua penetração e/ou busca de nichos de valorização, é o *fundamento dos processos atuais de "invenção" de novas necessidades, industrialização das esferas do lazer, da cultura e até da seguridade social, bem como dos processos de privatização de setores produtivos antes assumidos pelo Estado*. Essas são tendências que se acirraram nas duas últimas décadas, mas que já eram identificadas por Mandel (1982);

7- Expande-se o setor de serviços, o que tem relação com o encurtamento do tempo de rotação do capital e com a supercapitalização, movimento do capital decorrente desta condição última, em busca de nichos de valorização do valor¹¹;

8- Existe, nos *Anos de Ouro*, uma inflação permanente, incentivada pela expansão do crédito e de medidas anticíclicas a partir dos poderes públicos, com a função de ocultar a redução do valor das mercadorias, dissimular a alta da taxa de mais-valia e resolver temporariamente as dificuldades de realização (expansão do crédito), facilitando a acumulação de capital;

¹⁰ Estratégia que esteve presente mais uma vez na chamada *Reaganomics*, a política econômica de Ronald Reagan, voltada para resgatar a hegemonia do dólar e sugar recursos do terceiro mundo para os EUA, por meio dos juros flutuantes. Combinou-se ao gasto militar em programas como *Guerra nas Estrelas* e o treinamento de contrarrevolucionários em diversas regiões do mundo. Conferir Kucinski e Branford (1987).

¹¹ Vale a pena chamar a atenção para a crítica de Iamamoto (2007) e Cislighi (2015) sobre a questão dos serviços em Mandel, a qual compartilhamos, mas cujos argumentos não iremos desenvolver aqui. Fazemos apenas o registro do que em Mandel (1982) está correto, o crescimento do setor de serviços, embora sua caracterização da abrangência e da relação como circuito do valor deste setor esteja incompleta e equivocada.

9- Esse conjunto de processos em operação no âmago do capitalismo tardio, em sua fase expansiva (1945-1970), teve como corolário a ideologia da reificação da tecnologia e da tecnocracia, levando à naturalização dos processos sociais em nome da racionalidade e dos imperativos técnicos.

O Estado é, segundo Mandel (1982), uma espécie de administrador ou uma instância de síntese geral desses processos que se cruzam no âmbito do capitalismo tardio, por meio de suas funções de *garantir as condições gerais de produção, enfrentar as ameaças externas e internas e integrar as classes dominadas*¹². Tais funções gerais, nas esferas da acumulação e da legitimação (O'CONNOR, 1977), são exercidas a partir de uma autonomia relativa, já que as decisões neste nível atingem um conjunto de interesses individuais ou coletivos, contrariando-os eventualmente. Portanto, há uma hegemonia – *uma diretriz de classe* – na condução geral das decisões.

No contexto da onda longa expansiva no capitalismo tardio, há uma ampliação das funções estatais na garantia das *condições gerais de produção*, com as políticas econômicas de cariz keynesiano, a programação social e a legislação social (pacto fordista). Tratou-se de articular uma intervenção anticíclica ou anticrise, incorporando inclusive certa redistribuição horizontal (e até vertical, ainda que de forma muito limitada) de renda, na forma de salários indiretos. Ou melhor, de políticas sociais, evidentemente, também como um resultado político da luta de classes, da pressão dos trabalhadores e da existência do contraponto soviético.

A disputa pela direção das decisões, no âmbito de um Estado que se apropria de uma parcela significativa do PIB para desenvolver suas tarefas, tornou-se vital. Assim, configurou-se um ambiente político no qual os grupos mais fortes de pressão – transnacionais e instituições financeiras – foram progressivamente adquirindo maiores canais de acesso, vínculos com altos funcionários, participações privilegiadas em grupos de trabalho instituídos em nível governamental, sem falar das formas ilícitas e conluíus. Ou seja, identifica-se uma forte privatização do Estado, a depender das tradições políticas e relações de classe nos vários países. Daí decorre a constatação de que “o Estado capitalista tardio é ator decisivo, nodal, no cenário da acumulação capitalista, fato do qual decorre sua instrumentalização direta ou indireta” (BEHRING, 1998, p. 140) e, acrescentaria, cada vez mais sofisticada, inclusive pelos meios midiáticos. Seria ainda maior, não houvesse resistências, conflitos societários e contradições que, de alguma forma, traduzem-se no interior do próprio Estado.

¹² Mandel (1982) detém-se no estudo das funções estatais que tratam de assegurar as condições gerais de produção. Sua função repressiva, designada por Gramsci de Estado gendarme, foi estudada por Marx e Lenin; e a ideia do Estado Ampliado e as estratégias de consenso e legitimação, combinadas ao conceito de hegemonia, foi desenvolvida pelo próprio Gramsci. Como o primeiro desses aspectos foi menos estudado pela tradição marxista, Mandel (1982) pretende focar sua contribuição aí. Conferir também o estudo de Coutinho (1989).

Tais tendências se desenvolveram num ambiente político democrático, sustentado como uma contraposição ideológica ao chamado *socialismo real* e voltado para a adesão dos trabalhadores. No período de estagnação, contudo, diminuindo a margem econômica de manobra do Estado e das empresas, e com a queda do Muro de Berlim, em 1989, tem-se um contexto de restrição das liberdades democráticas¹³. Este permite que se perceba mais claramente o caráter estruturalmente conservador e antidemocrático do Estado burguês.

Segundo Mandel (1990), a recessão de 1974/1975 jogou por terra as crenças de que as crises do capital estariam sempre sob controle por meio do intervencionismo keynesiano. O sonho marshalliano¹⁵ da combinação entre acumulação, equidade e democracia política parecia estar chegando ao fim. Na verdade, para Mandel (1982), o avanço do processo de internacionalização do capital, já nesse momento, era um limitador da eficácia das medidas anticíclicas dos Estados nacionais.

O que ocorreu em 1974/1975, na verdade, foi uma crise clássica de superprodução, se observadas as tendências de longo prazo fundadas na lei do valor. O já presente agravamento do problema do desemprego (não nas proporções atuais) pela introdução de técnicas capital-intensivas, a alta dos preços de matérias-primas importantes, a queda do volume do comércio mundial e, ainda, um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindo do então recente, mas já erodido, período de pleno emprego; todos estes são elementos que estão na base da queda da demanda global (de um ponto de vista keynesiano) e da erosão inexorável da taxa média de lucros, de uma ótica marxista, no início dos anos 1970.

A inflação induzida já não era estimuladora da demanda global. Ao contrário, desencadeou a busca de valores-refúgio pela via da especulação. A expansão do crédito associada à inflação, por outro lado, acelerou processos privados e públicos de endividamento. Diante das dificuldades de conter a espiral da crise, a depender da opção política e social dos governos (MANDEL, 1990, p. 39), iniciou-se a implementação de programas de austeridade de natureza deflacionista. Um elemento que ganhou visibilidade nesta crise foi uma sutil perda de hegemonia econômica dos EUA, o que não significou perda de influência militar e política. Foi decorrente de um aumento da competitividade por parte do Japão e da Alemanha, como economias centrais polarizadoras de regiões inteiras, compondo a tríade de que nos fala Chesnais (1996).

O capitalismo administrou a crise do início dos anos 1970, que marcou o ponto de inflexão (diga-se: a entrada em um período de estagnação), por meio de limitadas estratégias de reanimação monetária ainda

¹³ Um certo mal-estar da democracia na contemporaneidade é identificado por autores não marxistas, mas que trazem elementos críticos interessantes para pensar as possibilidades de uma vida verdadeiramente democrática, a exemplo de Hirst (1992), Bobbio (1986) e Held (1991; 1994).

de estilo keynesiano, apesar dos discursos em contrário. Assim, mais uma vez, o Estado atuou como uma almofada amortecedora anticrise.

No entanto, para Mandel (1990), há uma dificuldade crescente do capitalismo contemporâneo em escapar ao dilema entre recessão profunda ou inflação acentuada, tensão que hoje se recoloca no cenário da economia-mundo. A retomada, então, foi frágil e hesitante ao longo do período 1976-1979, e já no contexto de inversão do ciclo: sem os índices de produção industrial de antes e sem absorver o desemprego gerado. Na verdade, o desemprego passa, a partir daí, a ser crescente, numa dinâmica na qual em cada recessão ele aumenta, sem ser revertido na retomada, considerando pequenos ciclos dentro da onda longa depressiva. O fundamental é que os momentos de retomada, para Mandel (1990), foram marcados por uma *depressão dos fatores de crescimento*.

Em 1980/1982, tem-se uma nova crise, desencadeada nos EUA. As saídas monetaristas apontavam para o prolongamento do quadro recessivo; as alternativas, mesmo moderadas, de cariz keynesiano, depararam-se com a crise fiscal do Estado e os riscos de inflação galopante. Ao lado disso, os “mercados de substituição” estavam em situação de penúria e endividamento.

Mandel (1990, p. 197) analisa os esforços do capital para uma retomada das taxas de lucro nos anos 1980, que passaram por: eliminação, absorção ou redução da atividade de empresas menos rentáveis; introdução de técnicas de produção mais avançadas; redução da produção com demanda em estagnação e aumento daqueles produtos com maior procura; investimentos de racionalização de custos com matérias-primas, energia, força de trabalho e emprego de capital fixo; crescimento da velocidade de circulação do capital; intensificação dos processos de trabalho, no sentido de aumentar, de maneira mais durável, a taxa de mais-valia relativa; redistribuição de antigos mercados, dentre outros. Houve, no período, uma desvalorização maciça de capitais – com falências e aquisições, estas últimas implicando em maior concentração do capital – em função do estreitamento do crédito e do estrangulamento da inflação.

Para Mandel (1990), a crise tem a função objetiva de ser o meio pelo qual a lei do valor se expressa e se impõe. Ela é a consolidação das dificuldades crescentes de realização da mais-valia socialmente produzida, o que gera *superprodução*, associada à *superacumulação*. A própria lógica interna do crescimento cria empecilhos no momento subsequente: a situação keynesiana de “pleno emprego” dos fatores de produção, incorporando grandes contingentes da força de trabalho – diminuindo, em consequência, o exército industrial de reserva –, dificultou a expansão da extração da mais-valia, com o aumento do poder político dos trabalhadores e maior resistência à exploração. Além disso, a generalização da revolução tecnológica diminuiu o diferencial de produtividade. Estes processos implicaram na *queda da taxa de lucros*, como tendência que se expressa nas suas contraditórias.

A onda longa de caráter depressivo ou de estagnação – que é atravessada por breves momentos de recuperação, logo esgotados –, com início nos anos 1970, foi propiciada, portanto, pelo encontro de: crises clássicas de superprodução, cujos esforços de limitação por meio do crédito perderam eficácia, em cada pequeno ciclo; contenção brusca dos rendimentos tecnológicos (poucas ou marginais invenções novas); crise do sistema imperialista (mesma da dominação indireta dos países coloniais e semi-industrializados); crise social e política nos países imperialistas, com ascensão das lutas (a exemplo da greve dos mineiros na Inglaterra, no começo dos anos 1980), em função do início das políticas de austeridade; e crise de credibilidade do capitalismo enquanto sistema que possa garantir o pleno emprego, o nível de vida e as liberdades democráticas (BEHRING, 1998, p. 159).

Mandel (1990) não vislumbrava uma recuperação do capital, fosse a partir da constituição de uma nova hegemonia japonesa ou alemã, considerando o peso dos Estados Unidos e apesar do aumento da concorrência no mercado mundial com perdas iniciais para o “império americano”, fosse com as políticas neoliberais, em cujo receituário não reconhecia consistência suficiente para conduzir uma retomada do crescimento. Tudo indica que sua hipótese geral permanece válida, qual seja: “Uma retomada expansiva, profunda e ampla dessa economia nos anos vindouros está totalmente excluída.” (MANDEL, 1990, p. 329).

Como já foi dito, há um consenso entre analistas qualificados e críticos acerca da persistência de um período depressivo nesta passagem de milênio, em que pesem várias características novas, como parte de uma *reação burguesa nos anos 1980 e 1990*, incrementada com a crise do chamado socialismo real, e que se reatualizou em 2008/2009, incrementado pela expansão desenfreada da finança. Por outro lado, seu raciocínio foi confirmado, em linhas gerais, pela realidade dos anos 1990. Vejamos brevemente outras contribuições mais atuais que partem do núcleo de determinações examinadas por Mandel, complementando-as.

3. Mandel e a crise contemporânea, num breve diálogo com Harvey e Husson

A análise de David Harvey (1993) parece corroborar a análise mandeliana, embora os elementos que levem à inflexão do ciclo do capital não estejam suficientemente explorados no seu texto. Para ele, sob a superfície tênue e evanescente da atual economia política – o período da *acumulação flexível* –, operam três condições necessárias do mundo do capital, apreendidas por Marx: o capitalismo orienta-se para o crescimento – na verdade, segundo Mandel (1982), para os superlucros, que podem ser alcançados com baixas taxas de crescimento, condição para a acumulação,

independente de consequências sociais, políticas, ecológicas e outras; este crescimento, em valores reais, apoia-se na exploração do trabalho vivo, que tem a capacidade de criar valor, ou seja, o crescimento funda-se na relação capital/trabalho, que é uma relação de classe, de controle e dominação; o capitalismo é organizacional e tecnicamente dinâmico, já que a concorrência impele para as inovações em busca da maximização dos lucros, o que repercute nas relações capital/trabalho. Tais condições em operação geram contradições e fases periódicas de superacumulação, que Harvey (1993, p. 170) define como “uma condição em que podem existir ao mesmo tempo capital ocioso e trabalho ocioso sem nenhum modo aparente de se unirem para atingir tarefas socialmente úteis”.

A crise que se inicia em 1973, tal como em 1930, para Harvey (1993), é de superacumulação, um processo ineliminável sob o capitalismo. Este autor identifica, diante disso, “um lado heróico da vida e política burguesas”, que passa pelas estratégias de fazer frente à superacumulação e assegurar a continuidade do sistema, a qualquer custo: a desvalorização controlada de mercadorias, capacidade produtiva e dinheiro; o controle macroeconômico, do que o fordismo/keynesianismo foi uma possibilidade, mas que parece ter se esgotado; e a absorção da superacumulação por meio do deslocamento temporal e espacial. A reação burguesa, desencadeada a partir dos anos 1980 com a reestruturação produtiva, a mundialização do capital e a contrarreforma neoliberal do Estado à superacumulação, combina esse conjunto de estratégias.

Outro autor despertou-me especial atenção ao fazer considerações teórico-históricas para um exame do capitalismo contemporâneo, que enriquecem o raciocínio mandeliano e permitem uma compreensão ainda mais consistente da reação burguesa e seus limites: Michel Husson (1999). Ele retoma a questão dos ciclos longos em Mandel (1982), ressaltando também o caráter excepcional do período 1949-1974, com crescimento de produção e produtividade em média de 5% ao ano, durante vinte e cinco anos seguidos.

A chave para explicação da passagem de uma fase com tamanho crescimento para a onda longa depressiva está na dinâmica da taxa de lucro, como em Mandel (1982). Husson (1999) aponta que a lei da queda tendencial da taxa de lucro não significa que esta baixe de forma constante e objetiva, mas que atua a médio e longo prazos, quando as razões da alta rentabilidade se revelam contraproducentes, desembocando numa depressão longa. Mostrando-se, assim, como já foi dito, objetivamente nas contratendências que são desencadeadas para contê-la. Nesse sentido, Husson (1999) sublinha o caráter *tendencial* da lei, cuja lógica objetiva é influenciada pelo salário real, pela produtividade do trabalho e pela eficácia do capital (relação produto-capital, medida em volume).

A manutenção da taxa de mais-valia relativa é compatível com a progressão do salário real se esta é acompanhada por um aumento equi-

valente da produtividade do trabalho. Isto, por sua vez, associa-se à composição técnica do capital e sua eficácia por trabalhador. Assim, a tendência do capitalismo é intensificar incessantemente a produtividade do trabalho, aumentando a massa de meios de produção, de forma que a produtividade tem um papel central na determinação da taxa de lucro, mas não exclusiva.

Nos *Anos de Ouro*, salário real, eficácia do capital e produtividade aumentaram na mesma velocidade. Husson (1999, p. 26) chega à seguinte conclusão:

O que impede no fundo a taxa de mais-valia de subir indefinidamente é a necessidade de escoamento e, portanto, uma condição que se situa na esfera da circulação, e é de resto por isso que a taxa de lucro é uma grandeza sintética que exprime não só as modalidades da produção de mais-valia, mas também de sua realização.

Ele postula que o salário real pode aumentar sem degradar a taxa de lucro, em relação, é claro, com o comportamento dos outros dois elementos. A partir desse argumento, Husson (1999) passa a observar a evolução desses elementos nos períodos longos, em países centrais. Identifica um paralelo notável entre as taxas de lucro e de crescimento, com uma bifurcação a partir do fim dos anos 1980, quando se tem uma taxa de lucro restabelecida e uma taxa de crescimento em queda ou submetida a flutuações fortes. No início dos anos 1970 há uma queda simultânea das duas taxas, sendo que a baixa da taxa de lucro *precede* o choque do petróleo, o que confirma a análise mandeliana da virada do ciclo já com indícios em fins dos anos 1960¹⁵.

As políticas keynesianas de relançamento têm um impacto pífio – como também sublinhou Mandel (1990). Sobrevém, então, a segunda recessão generalizada, de 1980-1982, com um recuo das duas taxas, ainda mais nítida e sincronizada entre os países. Nos anos 1980, entra-se em um novo período com a ascensão dos conservadores nos EUA e na Inglaterra, e o desencadeamento de políticas que já não visam sustentar a demanda, mas exclusivamente restaurar o lucro. Estas atingem seu objetivo nos principais países capitalistas, alcançando uma pequena ascensão das taxas de crescimento, o que gerou um certo triunfalismo no início dos anos 1990, acentuado pela queda do Muro de Berlim¹⁶.

Mandel (1990) termina sua abordagem da *Crise do capital* com uma afirmação inquietante, referindo-se à possibilidade de uma retomada expansiva. Ele dizia, no ano de 1987:

¹⁵ Uma crítica à explicação da crise pelo “elemento externo” da oferta de petróleo, justificando a reconversão do aparato produtivo e a aplicação do receituário neoliberal na sequência, encontra-se em Montes (1996, p. 66-68). Este autor incorpora a ideia de que a crise do petróleo foi um elemento catalisador e as razões profundas da reversão do ciclo estão na superacumulação.

¹⁶ Ver: Chesnais (1996), Montes (1996) e Husson (1999).

Seria necessária uma modificação radical da situação, uma derrota muito grave da classe operária, ou mudanças radicais nos países do Leste Europeu para que a confiança pudesse voltar, para que o mercado pudesse se ampliar, para que os investimentos pudessem ser retomados no ritmo dos anos 50 e 60. Isto está fora de questão no momento. (MANDEL, 1990, p. 329).

Os autores estudados são unânimes em afirmar que o triunfalismo não resistiu muito, mesmo com as mudanças no Leste e a reestruturação produtiva. Contudo, este clima durou pouco. Sobreveio a recessão na primeira metade dos anos 1990, abrindo novo período marcado pela desconexão sem precedentes entre taxa de lucro (aumentando) e taxa de crescimento (mediocre)¹⁷. Husson (1999) identifica um recuo de 2,9% para 0,8% na produtividade global dos fatores entre os *Anos de Ouro* e o período neoliberal. Outro indicador é o crescimento máximo do salário real compatível com a manutenção da taxa de lucro. Esta era de 4,1%, antes de 1973, e passou a ser de 1,2%, depois de 1979. O comportamento da taxa de lucro – para a compreensão da qual reitero a observação de que sua queda tendencial se expressa nas suas contratendências – mostra nitidamente os ciclos longos do capital.

A apropriação da lei da queda tendencial da taxa de lucros por Husson (1999) combina elementos da análise marxista com a regulacionista, tentando fugir das hipóteses do colapso inelutável do capital, oriundas de um certo *catastrofismo marxista* e do que chama de *harmonicismo regulacionista*. O que ele caracteriza como uma versão mitigada da lei, passa, portanto, pela seguinte afirmação:

As condições de funcionamento do capitalismo podem estar reunidas durante um período bastante longo, mas os dispositivos que garantem a sua obtenção não são estáveis ou em todo caso não podem ser reproduzidos duradouramente. Porque, de certa maneira, isso não está na sua natureza. E é aí que se encontram os variantes estruturais do sistema e os dois determinantes fundamentais da baixa tendencial. A concorrência capitalista impele constantemente para a sobrea-cumulação, e isso remete para as relações de produção essenciais. (HUSSON, 1999, p. 38).

A lei, então, manifesta-se pela difícil manutenção entre duas escolhas: “[...] uma partilha desfavorável para os assalariados, mas que já não assegura saídas endógenas suficientes, ou uma inércia da relação salarial, que pouco a pouco se vê desligada dos ganhos de produtividade, nomeadamente pela socialização crescente de uma parte dos salários” (HUSSON, 1999, p. 39). Assim, a crise é de produtividade e das formas institucionais de que se reveste o capitalismo em cada uma de suas fases. A expressão da

¹⁷ Esse fato também é registrado no balanço do neoliberalismo realizado por Anderson (1995).

lei da queda da taxa de lucro requer, para Husson (1999), *uma articulação entre produtividade e realização*. Isto é o que permite compreender a passagem de uma fase à outra.

Cada crise combina um problema de saídas de escoamento (superprodução) com problemas de valorização do capital. Se a inovação tecnológica está associada às ondas longas, sua introdução não pode ser tratada em separado da dinâmica geral da acumulação, como elemento externo. Da mesma forma, a luta de classes é interna a essa dinâmica geral e as saídas e entradas em crise, em seus tempos, têm a ver com uma *radical historicidade do capitalismo*.

Este é o quadro teórico que Husson (1999) traça para analisar as características do capitalismo contemporâneo, partindo da contribuição mandeliana em combinação com aportes regulacionistas. Suas conclusões me parecem próximas às da leitura de Harvey (1993, p. 117), quando este incorpora a discussão regulacionista sobre as formas institucionais “que permitem que um sistema capitalista altamente dinâmico e, em consequência, instável adquira suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo coerente ao menos por um dado período de tempo”. Mas Harvey (1993, p. 175-176) também constata que

os elementos e relações invariantes que Marx definiu como peças fundamentais de todo modo capitalista de produção ainda estão bem vivos e, em muitos casos, com uma vivacidade ainda maior do que a de antes, por entre a agitação e a evanescência superficiais tão características da acumulação flexível.

Voltando a Husson (1999), este ainda traz outras considerações importantes para realizar um balanço da miséria (para os trabalhadores) do capitalismo contemporâneo. Ele dá sequência à abordagem marxista, que não separa produção de consumo¹⁸. Decorre disso que a análise da tendência de queda da taxa de lucro, de fato, deve considerar o ciclo do capital como uma totalidade.

A ideia de *norma de consumo*, valorizada pelos regulacionistas, merece atenção por colocar em evidência o fato de que a estrutura da produção deve se adequar ao consumo, do ponto de vista dos valores de uso, diga-se, das necessidades sociais. Porém, tal adequação só se confirma *ex post*. Apesar de incorporar a noção de norma de consumo como enriquecimento da teoria marxista, pela Escola da Regulação, e admitindo que a estrutura do consumo retroage sobre as condições de rentabilidade do capital, Husson (1999) critica o que chama de um postulado harmonicista

¹⁸ Lembrar do texto *Para a crítica da economia política*, escrito por Marx e publicado pela primeira vez por Kautsky, em 1903, nunca é demais. Estes apontamentos tornaram-se a Introdução dos *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomien*, publicados na íntegra apenas em 1939, em Moscou. Neles, discutem-se os necessários entrelaçamentos e articulações entre produção e consumo e a perspectiva teórico-metodológica da totalidade (MARX, 1982).

da Escola, resultado da ênfase no consumo. Segundo a crítica de Husson (1999, p. 57), e que o afasta dessa perspectiva: “há a ideia de que o capitalismo contemporâneo se tornou plástico ao ponto de ser capaz de inventar novos compromissos, novos dispositivos e formas institucionais que permitam firmar novos compromissos sociais”, a exemplo da ideia de neofordismo, em Aglietta (1991).

Dando sequência ao seu raciocínio anterior, portanto, Husson (1999) afirma que se deve pensar a reprodução do capital considerando a formação do lucro e o modo de reconhecimento e satisfação das necessidades sociais. Na onda longa expansiva, a já referida articulação entre salário real, produtividade do trabalho e eficácia do capital asseguraram, durante um tempo limitado, a saída, melhor dizendo, a realização do valor. Na onda longa depressiva, caracterizada por Husson (1999) como *acumulação desigual*, o salário real permanece constante ou fracamente crescente, o que significa que os ganhos de produtividade são apropriados como mais-valia e a parte do salário tende a baixar duradouramente. Assim, os trabalhadores produzem mais, com um poder de compra estagnado.

Neste quadro, o problema da realização encontra duas possibilidades de solução: um crescimento da acumulação maior que o do produto social, ou seja, um incremento no setor de meios de produção, que induz ao crescimento rápido da composição orgânica do capital e remete a uma baixa da taxa de lucro no prazo longo; ou abrir à produção capitalista novas saídas de escoamento distintas dos elementos de procura primária – bens de consumo e de capital, que podem ser a penetração do capital no campo, a conquista colonial de novos mercados ou o crescimento dos rendimentos financeiros.

O problema clássico marxista do modo de partilha do valor acrescentado é um elemento fundamental para compreender a passagem de uma onda longa a outra. Nos *Anos de Ouro*, parte dos ganhos de produtividade transferiram-se ao salário real e até financiaram alguma redução na duração do trabalho, permitindo a manutenção do pleno emprego ao lado da rentabilidade do capital. A condição para isso foi a existência de elevados níveis de produtividade e de realização, assegurando a continuidade de um contrato social com grande legitimidade.

Hoje, o capitalismo encontra fortes dificuldades para abrir saídas de massa em escala suficiente. O consumo de bens que foram o suporte do fordismo – automóvel e eletrodomésticos – chegou a um ponto relativo de saturação. Husson (1999) mostra a estrutura de consumo das famílias francesas em 1994, na qual os bens tradicionais (alimentação e vestuário) e bens fordistas (transporte e equipamentos para casa) representam 48% do consumo, com tendência de queda. A outra metade (52%) compõe-se do consumo de bens coletivos e serviços (habitação, iluminação e aquecimento, saúde, educação, lazer e cultura e outros). Portanto, a seção não industrial – especialmente os serviços vem se tornando mais dinâmica, em função do

crescimento da procura, gerando mais empregos, enquanto a indústria veio destruindo-os.

Há, pois, alguns processos essenciais que caracterizam o capitalismo atual: o esgotamento da procura dos bens fordistas, acompanhado de uma incapacidade de fazer emergir um volume suficiente de procura de novos bens fordistas; e uma incapacidade para industrializar plenamente uma procura de serviços em forte progressão.

A acumulação capitalista não depende exclusivamente de sua capacidade de assegurar condições de reprodução, mas também de orientar-se para esferas portadoras de altos ganhos de produtividade. As condições de reprodução ampliadas da acumulação são as seguintes:

a produção de mais-valia deve assegurar a valorização do capital; o rendimento distribuído deve permitir a realização desse valor em termos de grandes massas de valor; a estas duas condições clássicas, é necessário acrescentar uma terceira: a adequação entre o que é consumido e o que é produzido de maneira rentável deve ser realizada, desta vez, do ponto de vista dos valores de uso. E não basta que estas condições se reúnam uma vez de tempos a tempos: devem ser reproduzidas de um ponto de vista dinâmico. (HUSSON, 1999, p. 67).

Portanto, é um fator suplementar de crise a compatibilidade entre a estrutura das necessidades sociais e as exigências de rentabilidade, o que é também ressaltado em Mészáros (2002). Há uma probabilidade de moldar a repartição dos rendimentos conservando uma adequação favorável, sem optar por “não produzir, em vez de produzir mercadorias que deprimiriam a taxa de lucro” (HUSSON, 1999, p. 68). No entanto, esta última tendência é a que se impõe hoje e aprofunda o desemprego em massa.

Há, no mundo do capital – e essa descoberta não é nova –, dois critérios de alocação do trabalho social, cuja convergência não é garantida: o da busca do lucro máximo, levando à corrida pela produtividade; e o dos efeitos sociais úteis, tendo em vista as necessidades sociais. Para Husson (1999, p. 69),

o período atual do capitalismo se caracteriza por um fosso cada vez maior entre as duas séries de critérios ou, por outras palavras, por uma dificuldade crescente em assegurar a correspondência entre o que as pessoas querem consumir e o que o capitalismo quer produzir. Ou seja, a evolução da norma de consumo diverge em relação às exigências da manutenção da rentabilidade. As despesas de consumo dirigem-se espontaneamente para setores que não são, hoje, portadores de ganhos de produtividade, como saúde e educação.

O capital não responderia, hoje, a essas necessidades com uma produção dinâmica de bens industrializados. Concordando-se com a referida incompatibilidade entre a norma de consumo e a rentabilidade, pode-se

questionar essa última consideração de Husson (1999), à medida que há o processo de supercapitalização, categoria central em Mandel (1982), que se desdobra da superacumulação, mercantilizando a esfera de necessidades a que ele se refere. Contudo, é verdade que esse processo tem um limite em função da busca incessante de produtividade. Essa observação, evidentemente, não contesta os argumentos precisos e consistentes do pesquisador francês.

Pudemos analisar as características da reação burguesa contemporânea à sua crise, no primeiro capítulo de *Brasil em contra-reforma*. Estes argumentos não vamos retomar neste artigo, cujo objetivo é mostrar a atualidade e a potência para o desvendamento do real que nos oferecem os estudos de crítica da economia política de Ernest Mandel, vinte anos depois de seu falecimento.

Conclusão

Esses são alguns eixos do trabalho de Mandel que foram e são inspiradores e centrais para meu próprio trabalho como pesquisadora do campo da política social na sua relação com a crítica da economia política. A obra de Mandel tem elementos para muitas reflexões: sobre a universidade e os estudantes; sobre o pensamento de Lenin e Trotsky; sobre o papel do indivíduo na história; sobre a burocracia e os processos de burocratização no campo da esquerda; e até sobre romances policiais.

A obra de Mandel, evidentemente como todo clássico, precisa ser atualizada, enriquecida com os novos processos e determinações em curso na economia política capitalista, no sentido de examinar criticamente e atualizar suas reflexões, concretizá-las nos espaços nacionais e alimentar o movimento revolucionário. Não se pode prestar maior homenagem a um revolucionário como Mandel.

Essa é a tarefa da minha geração e das que estão chegando e não se deixam contaminar pelo autismo, individualismo e consumismo contemporâneos, nem se intimidar pela face penal do Estado em contexto de superexploração e precarização do trabalho: os que lutam por um mundo e uma vida distantes da barbárie. Esse é o espírito de Ernest Mandel, um militante e intelectual dedicado à humanidade, ao socialismo. Nas palavras de Löwy (1999, p. 42), o socialismo como um processo histórico de humanização progressiva das relações sociais.

Para finalizar, novamente, com a palavra, Mandel (apud LÖWY, 1999, p. 47):

Os marxistas não combatem a exploração, a opressão, a violência massiva contra os seres humanos e a injustiça de massa unicamente porque essa luta promete o desenvolvimento das forças produtivas

ou um progresso histórico estreitamente definido [...]. Ainda menos combatem esses fenômenos unicamente na medida em que cientificamente seja demonstrado que a luta terá fim com a vitória do socialismo. Eles combatem a exploração, a opressão, a injustiça e a alienação como condições inumanas, indignas. É um fundamento e uma razão suficiente. (tradução nossa).

Referências

- ACHCAR, G. (org.). *Le marxisme d'Ernest Mandel*. Paris: Actuel Marx Confrontation, PUF. 1999.
- AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores. 1991.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.
- BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez. 1998.
- _____. *Brasil em contra-reforma – desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez. 2003.
- _____.e BOSCHETTI, I. *Política Social: Fundamentos e História*. São Paulo: Cortez Editora. 2006.
- _____. *Acumulação Capitalista, Fundo Público e Política Social*. In: *Política Social no Capitalismo – tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez Editora. 2008a.
- _____. *Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais*. In: *Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez Editora. 2008b.
- _____. *Crise do Capital, Fundo Público e Valor*. In: *Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos*. São Paulo: Cortez Editora. 2010.
- _____. *Rotação do Capital e Crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social*. In: SALVADOR, E., BOSCHETTI, I., BEHRING, E. e GRANEMAN, S. (Orgs.) *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez Editora. 2012.
- BENSAID, D. *Marx, o intempestivo*. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra. 1986.
- CHAUÍ, M. A universidade hoje. *Revista Praga – Estudos Marxistas*, São Paulo, Hucitec, n. 6. 1998.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã. 1996.
- CISLAGHI, J. F. *Elementos para a crítica da economia política da saúde no Brasil: parcerias público privadas e valorização do capital*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 2015.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972.

_____. *Gramsci*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus. 1989.

DEMOCRACIA socialista. *A Construção do PT como Partido Revolucionário. Cadernos Democracia Socialista*. São Paulo: Editora Aparte. 1988.

_____. *O que é a Democracia Socialista*. Mimeo. (s/d).

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 1993.

HELD, D. A democracia, o Estado-nação e o sistema global. *Revista Lua Nova*, São Paulo, Cedec, n. 23, março 1991.

_____. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia. 1994.

HIRST, P. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Zahar. 1992.

HUSSON, M. *Miséria do capital – Uma crítica do neoliberalismo*. Lisboa: Terramar. 1999.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche – Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora. 2007.

KUCINSKI, B.; BRANFORD, S. *A ditadura da dívida – Causas e consequências da dívida latino-americana*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

LÖWY, M. L'humanisme révolutionnaire d'Ernest Mandel. In: ACHCAR, G. (org.). *Le marxisme d'Ernest Mandel*. Paris: Actuel Marx Confrontation, PUF. 1999.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Porto: Editora Elfos. 1989.

MANDEL, E. *Da Comuna a Maio de 68*. Escritos Políticos 1. Lisboa: Antídoto. 1979.

_____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

_____. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio; Unicamp. 1990.

_____. *Da Comuna a Maio de 68*. Escritos Políticos 1. Lisboa: Antídoto. 1979.

_____. *Marxismo revolucionário atual*. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

MARSHALL, T. H.. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar. 1967.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

MENEGAT, M. *Depois do fim do mundo*. A crise da modernidade e a barbárie. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (UFRJ). 2001.

MÉSZAROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.

MONTES, P. *El desorden neoliberal*. Madrid: Editorial Trotta. 1996.

O'CONNOR, J. *USA: a crise do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

WOOD, E. M. *Democracia contra o capitalismo – A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.

Recebido em 15 de junho de 2015

Aprovado para publicação em 20 de junho de 2015.